



# Lei Complementar 190/2022

## ICMS – Diferencial de Alíquota

# Histórico do ICMS – DIFAL da EC 87/2015



- Esta hipótese do Diferencial de Alíquota surgiu em razão do aumento no volume de vendas não presenciais (internet, telemarketing, showroom)

## Antes da EC 87/2015



Alíquota Interestadual	Quando o destinatário for contribuinte do ICMS	com DIFAL
Alíquota Interna	Quando o destinatário <u>não</u> for contribuinte do ICMS	sem DIFAL

## Depois da EC 87/2015

Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, sempre será adotada a alíquota interestadual, e devido o DIFAL ao estado de destino.

Art. 155, §2º, VII da CF/88

# Aplicabilidade do ICMS – DIFAL



Fornecedor em  
São Paulo

Consumidor em  
Minas Gerais



Alíquota Interestadual: 12%

Alíquota  
Interna: 18%

Alíquota  
Interna: 18%

1 Alíquota Interestadual  
para SP = 12%

2 DIFAL para MG = 6%



Contribuinte do  
ICMS



Não contribuinte  
do ICMS

1 Alíquota Interestadual  
para SP = 12%

2 DIFAL para MG = 6%



# Inconstitucionalidade do Conv. 93/2015



- Apesar de o DIFAL em operações interestaduais para não contribuintes do Imposto ter sido instituído pela Emenda Constitucional nº 87/2015, a cobrança do tributo havia sido regulamentada apenas pelo Convênio ICMS nº 93/2015, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

## STF – Tema 1.093 – RE 1287019

---

- ✓ Inconstitucionalidade das Cláusulas primeira, segunda, terceira e sexta do Convênio ICMS nº 93/2015;
- ✓ Fixada a seguinte tese:  
"A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais"

# Publicada Lei Complementar nº 190



- É contribuinte do imposto nas operações ou prestações que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final domiciliado ou estabelecido em outro Estado, em relação à diferença entre a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual:
- 1** o destinatário da mercadoria, bem ou serviço, na hipótese de contribuinte do imposto;
  - 2** o remetente da mercadoria ou bem ou o prestador de serviço, na hipótese de o destinatário não ser contribuinte do imposto."



Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea "c" do inciso III do caput do art. 150 da Constituição Federal.



**MITIGANDO A ANTERIORIDADE "ANUAL"**  
**Art. 150, III, "b"**

Especialistas  
em cada cliente

[marchiori.com](http://marchiori.com)

